

Ser Cacique na cidade segregada: como reverter processos de apagamentos?

Roberta Filgueiras Mathias¹, Fabiana Pereira da Silva², Luiz Baltar³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o silenciamento e isolamento cultural e geográfico pelo qual passa uma parte da cidade. Neste texto, iremos analisar o caso do bloco “Cacique de Ramos”, que neste ano de 2020 foi novamente “cancelado” por outra parte da cidade que vê em seu discurso politicamente correto motivo suficiente para atacar um bloco que resgata a cultura indígena e comemora a renovação de nossas mesclas e convivências.

Por detrás desse ataque, podemos perceber uma tentativa sempre renovada de silenciamento e apropriação de um discurso que não é compreendido, pois não é validado por parte da sociedade carioca. A tentativa é, portanto, a de tirar das ruas aqueles que sempre percorreram e transitaram pela cidade de maneira mais fluída — pensandonos atravessamentos Zona Oeste-Zona Norte – Centro-Zona Sul, os suburbanos.

Para desenharmos esse trabalho, primeiro faremos um trajeto pela história do Cacique de Ramos, através de sua criação, sua conjuntura sócio-política e sua mobilização cultural. Traremos também aspectos de Ramos e Olaria, bairros pelos quais o grupo transitou até que sua sede atual fosse estabelecida. Num segundo momento,

¹Cientista Social graduada pela PUC-Rio, Especialista em Cultura e Filosofia pela PUC-Rio e Mestre em Filosofia pela PUC-SP. Desde 2014, é pesquisadora na área de Antropologia Urbana estudando periferias latino-americanas. Doutoranda do Departamento de Ciências Sociais da UERJ(PPCIS) com co-orientação do Departamento de Antropologia Social pela Universidad Nacional de San Martín (Buenos Aires). Professora convidada no Curso de Especialização em Fotografia e Imagem /IUPERJ, entre 2016 e 2019. Integrante do LEARCC- Laboratório de Experimentações Artísticas e Reflexões Criativas sobre as Cidades, coordenado pela Professora Doutora Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro. Associada da ABA(Associação Brasileira de Antropologia).

² Mestranda em Cultura e Territorialidades pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPCULT). Integrante do Laboratório de Experimentações Artísticas e Reflexões Criativas sobre as cidades (LEARCC), coordenado pela Professora Doutora Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro.

³ Fotógrafo; Professor de fotografia e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes/PGAV-EBA-UFRJ.

analisaremos os processos de segregação estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, através de políticas de revitalização iniciadas pelo governo Pereira Passos, e observaremos como novas territorialidades foram estabelecidas por esses grupos removidos para os então subúrbios, movimento que vai ao encontro também com o da criação do bloco. E por fim, pensaremos nas diversas produções de sentido trazidas por movimentos populares de cultura, e em como existem diversas especificidades a serem detalhadas antes de abordamos de maneira taxativa um possível cancelamento.

Palavras- chave: carnaval de rua, tradição, subúrbio

Abstract:

This article aims to analyze the cultural and geographical silencing and isolation that a part of the city goes through. In this text, we will analyze the case of the “Cacique de Ramos” a carnival block that this year was again “canceled” by the other part of the city that sees in its politically correct speech sufficient reason to attack a block that rescues indigenous culture and celebrates the renovation of four mixes and coexistences.

Behind this attack, we can see an always-renewed attempt to silence and appropriate a discourse that is not understood, as it is not validated by the society of Rio. The attempt is, therefore, to remove those who have always traveled and transited through the city in a more fluid way—thinking about the crossings between Zona Oeste-Zona Norte-Centro-Zona Sul-, the “suburbanos”.

To design this work, we will first make a journey through the history of Cacique de Ramos, through its creation, its socio-political conjuncture and its cultural mobilization. We will also bring aspects of the Ramos and Olaria neighborhoods, neighborhoods the group traveled through until its current headquarters was established. In a second step, we will analyze these segregation processes established in the city of Rio de Janeiro, through revitalization policies initiated by the Pereira Passos government, and how new territorialities were established by these groups removed to the suburbs, a movement that also meets the creation of the block. And finally, we think about the diverse production of meaning brought by popular cultural movements,

and how there are several specific cities to be detailed before we approach in a definitive way a possible cancellation.

keywords: street carnival, tradition, suburb

Introdução: eu quero é botar o Cacique na rua



Figura 1 Estandarte do Cacique em Homenagem à Beth Carvalho, 2020- Acervo da Agremiação

Neste carnaval de 2020, foram levantadas algumas questões e debates referentes à ideia de apropriação cultural. A polêmica foi iniciada com a participação de Alessandra Negrini no Acadêmicos do Baixo Augusta, bloco de São Paulo no qual a atriz se caracterizou com indumentárias indígenas, sendo homenageada e apoiada por representantes de algumas etnias, dentre eles Sônia Guajajara, liderança indígena respeitada e presente no cenário político. Ao ser questionada, Alessandra afirmou que a luta indígena é de todas as pessoas, e que seu intuito foi visibilizar a importância disso. Esse processo relacional gerou uma série de debates e um termo

novo para questionar movimentos ditos “duvidosos”: política de *cancelamento*. Alessandra foi muito criticada em suas redes sociais e alguns grupos militantes consideraram a ação esvaziada, julgando que a realidade de grupos indígenas perpassa movimentos de extrema violência constante das quais as grandes mídias e ditos apoiadores estão distanciados.

Vejam, neste trabalho, desejamos nos atentar à criação do termo *cancelamento*, atrelado à densa discussão de apropriação cultural, para além de analisar a postura da atriz dentro do ocorrido, especificamente. Cabe ressaltar que desejamos trazer uma reflexão e apontamentos a partir do ocorrido para nos debruçarmos sobre a pluralidade de pensares e saberes culturais pelos quais transitamos. Pretendemos também problematizar que seu trânsito pelas nossas realidades perpassam não só uma autoridade econômica, mas também uma autoridade racial. E estas autoridades perpassam segregações espaciais e corporais. O questionamento que desejamos trazer é: quem pode dizer que um movimento está cancelado?

Após esse ocorrido, ou paralelo a ele, tivemos um debate parecido nas redes sociais sobre a participação do Bloco Cacique de Ramos no carnaval de 2020. Segundo alguns ativistas, o Cacique de Ramos já estaria ultrapassado por trazer em seus carnavais componentes com as indumentárias indígenas, sem realizar nenhuma ressignificação ou nova leitura sobre a participação dos povos originários nesse processo, que gerou novas opiniões e debates, tanto de defesa do bloco quanto de aprovação do cancelamento. O Cacique já havia passado por semelhante problema em carnavais anteriores, mas esse se destacou pela agressividade no discurso.

O Cacique de Ramos é um bloco de carnaval de tradição na cidade do Rio de Janeiro, fundado no dia 20 de janeiro de 1961, dia do padroeiro da cidade, São Sebastião. O bloco traz a memória das famílias Félix do Nascimento, Oliveira e Aymoré e de muitas outras espalhadas entre os bairros de Olaria e Ramos, quando um grupo de jovens em seu primeiro desfile pelo bairro conseguiu reunir cerca de 200 foliões. A partir daí, promoveram eventos, festas, bailes sociais, arrecadando dinheiro para instrumentos e conseguindo mobilizar o desfile no Centro da Cidade, iniciando a grande rivalidade entre o Cacique de Ramos e o Bafo da Onça, bloco do bairro do Catumbi, com grande sucesso e grande número de participantes.

Em 1963, o Cacique voltou ao centro com a música “Água na Boca”, ganhou o público e colocou na rua em torno de mil e seiscentos foliões. Com isso, conquistou seu espaço e afeto junto à população e, em 1972, depois de alguns problemas com o terreno da rua Tenente Pimentel, teve um terreno concedido junto à prefeitura endereçado na rua Uranos, 1326, em Ramos. Lá, onde o samba era alta bandeira (e ainda é) e tinha (e ainda tem) as Tamarineiras, criou-se o grupo Fundo de Quintal, sendo um dos precursores dos movimentos de pagodes de quintal, o que trouxe para o cenário artístico diversos sambistas, dentre eles Arlindo Cruz e Zeca Pagodinho. Em entrevista à MENSCH, Lenine disse o quanto o samba foi importante em sua vinda para o Rio de Janeiro, onde conheceu Beth Carvalho (madrinha do bloco), Sombrinha, Luiz Carlos da Vila, dentre outros, ali, na roda do Cacique pelos meados da década dos 80. O cantor diz que se sentiu abraçado pela galera do samba e do quanto isso o impulsionou a continuar sua carreira.

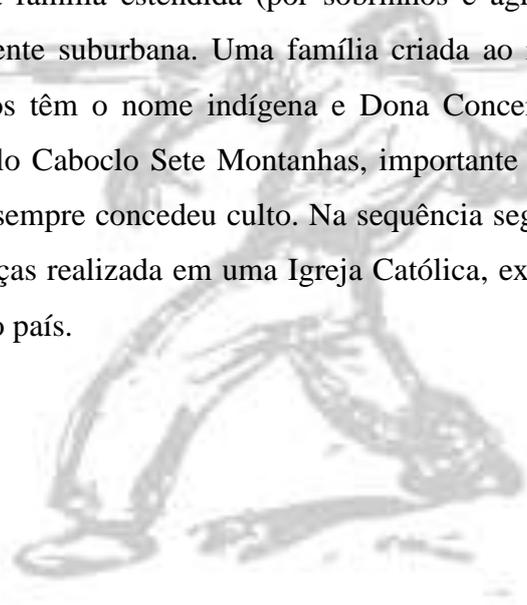


Figura 2 Cacique no Desfile de 1970 - Divulgação

A quadra-roda-terreiro tem uma enorme importância para seus integrantes, não só por suas multifacetadas de artistas que se cruzavam pelas rodas, mas também por sua mística e religiosidade. As tão famosas Tamarineiras têm relação direta com a vida e presença de Dona Conceição, mãe de santo ligada ao bloco, esposa de Seu Domingos e mãe de Ubirajara, Ubiraci e Ubirany, que antes de ser iniciada no Candomblé cultivava conhecimento na Umbanda, e as Tamarineiras são seu assentamento no terreno. Movendo sua vida familiar entre a Teixeira Franco e a rua Souza Lobo, Dona

Conceição criava seus filhos e sobrinhos e mantinha sua casa de terreiro, que era frequentada pelos integrantes do Cacique, em Nova Iguaçu. Sua participação estava diretamente ligada à devoção religiosa e proteção do bloco em suas atividades. Ubirany⁴ em entrevista concedida a Leonardo Abreu, fala um pouco dos rituais que sua mãe realizava nas Tamarineiras, com culto a São Sebastião, caboclo da mata no sincretismo religioso, e padroeiro do bloco, marcando sua criação.

No documentário “Fio da Memória”, de 1991, Eduardo Coutinho reforça que o culto da Umbanda tem uma particularidade essencial se levarmos em conta a fundação cultural de nosso país: na Umbanda as figuras marginalizadas pela sociedade são cultuadas. No documentário há também uma parte reservada a pensar o nascimento do Cacique. Coutinho faz uma trajetória de vida da Mãe de Santo Conceição, mineira que cria ao seu redor uma família estendida (por sobrinhos e agregados) eminentemente carioca. E eminentemente suburbana. Uma família criada ao redor da umbanda e do samba. Todos os filhos têm o nome indígena e Dona Conceição declara no filme a proteção concedida pelo Caboclo Sete Montanhas, importante entidade da Umbanda à qual Dona Conceição sempre concedeu culto. Na sequência seguinte, aparecem em um Missa de Ação de Graças realizada em uma Igreja Católica, explicitando o sincretismo religioso tão vigente no país.



⁴ Ubirany é um dos integrantes da família Félix do Nascimento, filho de Domingos e Dona Conceição. Entrevista concedida no trabalho de Dissertação de Leonardo Reis de Abreu. ABREU, Leonardo Reis. Memória Familiar no Cacique de Ramos. 2003. 141 p. Programa de Memória Social, UNIRIO (Universidade do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro.



Figura 3 Cacique de Ramos em Desfile de 1978 na Av. Rio Branco- Divulgação

Com toda a relação estabelecida anteriormente, vemos que o Cacique traz consigo o culto a entidades importantes da Umbanda: os caboclos e os caciques. Embora não seja um bloco acima de tudo religioso, podemos perceber essa característica — que pode ser observada em outros blocos e axés durante o Carnaval. O Carnaval carioca é atravessado por movimentos e entidades religiosas cultuadas nas religiões de matrizes-africanas. Além dessa característica, o Cacique é muito mais que um bloco. Com atividades que se mantêm durante o ano em sua quadra, ele funciona como uma dos espaços culturais de Ramos. É nos ensaios, nas feijoadas, nas rodas de samba, que a vida cultural suburbana reafirma sua força.

A Reforma da “cidade capital” e a Construção do Subúrbio Carioca — Geografias, Corpos e Símbolos

Esses processos históricos e de memória estabelecidos pelos grupos culturais são de suma importância para analisarmos como se concebe a força de um discurso e que tipo de deslocamento ele realiza. Trata-se de um processo verticalizado, imbuído historicamente de uma estrutura colonialista que se ramificou territorial, intelectual e cognitivamente. É importante salientar que estamos tratando aqui dos processos de validação, e não de possibilidades. Dentro dessa estrutura de aspecto eurocêntrico que

busca o deslocamento das questões para um centro, o que não está, não é validado. E foi nessa perspectiva que nos estabelecemos também enquanto território urbano, enquanto fazeres e saberes validados nesse território urbano. Por isso, um “novo” projeto de cidade começou a se estabelecer a partir da década de 1920, em que Pereira Passos traçou uma nova rota estética e financeira para a cidade.

Procurando assemelhar-se aos grandes centros urbanos europeus, principalmente com inspiração na estrutura urbana parisiense, as capitais sul-americanas passaram por reformas urbanas intensas, com vistas a valorizar o centro como área de comércio e trabalho e deixando as regiões periféricas da cidade para trabalhadores menos abastados. Na prática, essa reurbanização, também ocorrida em São Paulo, pelas mãos das empresas Guinle e Gaffré, e em Buenos Aires, pelas do prefeito Torquato Alvear, somente como caráter de exemplo, seguia a lógica da modernização desejada e vista como a chegada à “civilização”. Assim, as grandes fazendas localizadas na Zona Oeste do Rio e casarões de algumas regiões da Zona Norte foram abandonados, com deslocamento das famílias mais ricas para região Sul da cidade do Rio de Janeiro, o que também se serviu da valorização da praia como meio de cuidado e lazer.

Este processo não está desassociado dos corpos que circulam esses espaços. É importante ressaltar que o processo de caráter colonial promoveu uma mudança gentrificada, que, por sua vez, promoveu também segregação racial nos territórios urbanos. Se o objetivo era “europeizar”, havia uma “Pequena África” no caminho. Aquele “aldeamento” de grupos negros na região central da cidade não é compatível com a ideia de cidadania proposta. Como o eurocentrismo trabalha com a perspectiva homogênea, ter movimentos culturais afro-brasileiros, indígenas, ciganos, dentre outros, seria um desajuste. Mônica Veloso⁵ (1990) em seu texto enfatiza como as identidades culturais se estabelecem pelas redes relacionais que os grupos criam através do espaço onde vivem. Aquele lugar torna-se conhecido e reconhecido pelo grupo como local de pertencimento. Ali, gera-se uma relação de confiança espacial e afetiva na qual se fortalecem suas produções de saberes e seus modos de existência. A homogeneidade desconsidera as territorialidades culturais, logo desconsidera as pessoas que as movimentam. Assim, dentro deste processo histórico, não há como desassociar esse

⁵VELLOSO, Mônica Pimenta. **As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.207-228, 1990

deslocamento forçado urbano da autoridade racial no qual ele se estabelece. É importante a identificação tanto da autoridade que determina esse projeto, quanto dos grupos submetidos a eles.

Mônica Veloso destaca em seu texto a participação dos negros baianos que habitavam a região da Pequena África no início do século XX, entre os bairros do Santo Cristo, Gamboa e Saúde. Eles vieram através dos portos negreiros nordestinos e estabeleceram ali seu espaço de referência através das casas de Tia Sabatae TiaDavina, redutos importantes da época para receber os recém-chegados. Eles utilizavam várias estratégias em defesa do seu pedaço, dentre elas o uso de dialetos africanos, a participação na política e na economia local. Mesmo com o processo de primeiro deslocamento para a região da Cidade Nova, ainda que seus símbolos se desloquem geograficamente com seus integrantes, até hoje há um movimento político e cultural de rememoração da construção territorial estabelecidas por estes grupos africanos e afro-brasileiros que ali se estabeleciam. O grupo cultural Tambor de Cumba, por exemplo. Criado em 2011, o grupo de manifestações culturais afro-brasileiras que promove oficinas, palestras, vivências e apresentações teatrais, realiza mensalmente sua roda de danças populares no Cais do Valongo, região do antigo Cemitério dos Pretos Novos. Ali desenvolvem algumas de suas atividades e ressignificam o espaço, tornando-o simbolicamente um território negro.

A região da Pequena África não tem exclusividade nessa construção. Raquel Rolnik, em *Território Negro nas cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro*⁶, traz para o debate a formação dos territórios negros nas cidades brasileiras com o fim do período escravocrata. A autora reflete sobre a ideia de quilombos urbanos, que inicialmente remetem às casas coletivas nos grandes centros, irmandades religiosas e regiões de terreiros, territórios os quais, como crescimento demográfico das regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, por conta da mão de obra imigrante e dos projetos de revitalização das regiões centrais, se estendem para outros locais das cidades. A autora relata como essas mudanças estruturais foram mais violentas no Rio de Janeiro, por ser a região mais negra da região Sudeste, e como esse

⁶Rolnik, Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In R. Santos (Org.), **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais, o negro na geografia do Brasil** (pp. 75-90). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

movimento de violência perpassa não só habilitação, mas empregabilidade e acesso a serviços. A era do “bota-a-baixo” gerou uma nova formulação não só na arquitetura da cidade, mas também na política de acesso de alguns corpos a espaços “higienizados”.

Os grupos seguem em deslocamento pela linha do trem e pelos bairros consequentes. Os territórios negros começam a se estabelecer nas regiões da Praça Onze, Mangueira, Estácio, Andaraí, Tijuca e Serrinha, com a expansão dos subúrbios e favelas. É importante salientar que os locais apontados não são exclusivamente negros. As populações de baixa renda sempre estiveram nos mesmos espaços. Mas há de se compreender que isso não anula a participação efetiva e afetiva de grupos afro-brasileiros nos territórios. Não anula que tenham se criado particularidades na compreensão de como habitá-los culturalmente. E também não anula o fato de que outros personagens se inseriram nessa proposta. E é a este aspecto que nos atentamos, pois ele vai ao encontro a história do Cacique de Ramos. São os encontros destas famílias, destes pequenos grupos que criam suas experiências a partir de suas memórias que formulam a história dos seus lugares. Os subúrbios para além de um projeto político é um projeto poético. E essa é a leitura que os próprios subúrbios querem fazer de si como reinvenção de sua política.

As territorialidades culturais se desencadeiam na força do reconhecimento coletivo, mesmo que outras geografias sejam impostas. No caso dos subúrbios não é diferente. As subjetividades dos subúrbios são muitas, mas o processo histórico de sua formação não. Ele é projetado e concebido numa lógica vertical de afastamento e marginalização de grupos específicos. É importante frisar que esses apontamentos desejam se ater à intenção e ao plano de cidade que se legitima até hoje, numa política de centralização intelectual e geográfica. Para que possamos perceber o subúrbio como parte de tudo que se movimenta culturalmente na cidade, e não olhá-lo de cima para baixo, é necessário compreender que esse projeto de cidade segrega. E segrega o quê? O que devemos nos questionar é: o que está em disputa política quando se pautam geografias, corpos e símbolos?

Embora esse seja um texto essencialmente sobre uma característica cultural à qual iremos nos debruçar a partir do Cacique de Ramos, é essencial contextualizar o território chamado subúrbio.

Um dos textos que podemos trazer para convocar a origem imaginária e visual do subúrbio já é um dos novos clássicos para quem estuda o território nas mais diversas áreas do saber. Em *O rapto ideológico da categoria subúrbio- 1858/1945*⁷, de 2011, Nelson da Nóbrega Fernandes nos mostra como, a partir do final do século XIX, a representação do subúrbio vai sendo atribuída aos bairros que são cortados pela linha de trem e, com essa característica, vem a ideia de que esses espaços são predominantemente habitados por trabalhadores de classes sociais mais baixas (que efetivamente são deslocados do Centro da cidade após a Reforma) e que a falta e a carência imperam nas Zonas Norte e Oeste, que agora, ainda que próximas ao centro comercial, ganham nítida distância cultural e afetiva. Com isso, Fernandes evidencia uma das bases da antropologia: a imagem que se tem dos lugares é construída e reconstruída a partir de uma socialização que sempre parte de cima para baixo. Em outras palavras, dos mais ricos para os mais pobres.

Assim, a imagem que o Rio de Janeiro constrói (e que é construída para ele), ao se vender como cidade turística, é a das praias, dos bares à beira mar, das peles bronzeadas e dos corpos bonitos⁸, e não a das pipas, dos bate-bolas, das crianças correndo atrás dos doces de Cosme e Damião. Com isso, queremos dizer que toda uma cultura popular que atravessa grande parte da cidade fica esquecida em detrimento ao discurso escolhido para elevar a cidade ao nível de capital turística.

A região Norte do Rio de Janeiro é composta por trinta e três regiões administrativas e por quatro subprefeituras. O bairro de Ramos compõe a subprefeitura Norte 1 e está localizado entre Olaria, Bonsucesso, além do Complexo da Maré e do Complexo do Alemão. Mas a região é também composta por Marechal Hermes, Olaria, Pavuna, Penha e Madureira. Todos esses bairros e territórios interligados criaram e recriam o tempo todo a cultura popular carioca, não como sinônimo de simplicidade e escassez, mas de multiplicidade e inventividade. O poder criador do subúrbio é o que move a cultura múltipla do Rio de Janeiro.

⁷FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro 1858/1945, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011

⁸ Tomar banho com água do mar passa a ser visto como meio de cura para várias doenças, o que acelera a migração para a região Sul da cidade, que contava com um litoral cheio de praias inexploradas. Essa característica da reurbanização do Rio é explorada no livro de Julia O'Donnell, *A invenção de Copacabana Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*.

Desse modo, simplificar e unificar os subúrbios é uma maneira de controlar os discursos e os corpos que movimentam-se nessas regiões. Tanto os suburbanos quanto os subúrbios são múltiplos e não podem ser definidos a partir de uma única visão.

Retornando às origens do “Cacique de Ramos”, a própria Umbanda traz em si essa multiplicidade de saberes e crenças através dos caciques, dos caboclos, dos pretos-velhos, dos exus (donos da rua), das ciganas, dos orixás e de figuras católicas como Jesus e Maria. Todas essas representações simbólicas e religiosas em um mesmo espaço nos dizem muito mais a respeito de uma multiplicidade do que de uma unidade. Então, seria impossível passar por esse texto sem dizer que, ao unificar a categoria subúrbio, a tentativa é de controles espaciais, mas também simbólicos. Nesse sentido, o “Cacique de Ramos” aparece como esse *caleidoscópio de suburbanidade*.

Caciqueando na avenida esse ano: quem vai e quem fica na ordem de cancelamento.

A discussão sobre apropriação cultural não é recente. Só que, agregada a ela, este ano foi inserido o termo “cancelamento”, que tem sido incorporado por um coro inflamado nos meios sociais para relatar uma atitude ou uma ação inapropriada, ultrapassada ou condenada por parte da esfera social. “Cancelar” se tornou uma palavra de ordem de exclusão que invadiu até as nossas festas populares. O próprio Cacique já foi alvo dessa discussão no ano de 2018, quando foram disseminados relatos nas redes sociais sobre o uso de fantasias de índios pelos integrantes da agremiação. À época, o atual presidente de Referência da Cultura de Povos Indígenas da Aldeia Maracanã, Afonso Apurinã, saiu em defesa do bloco e disse que não enxergava desrespeito se o bloco exalta a cultura indígena. Com o retorno da polêmica em 2020, o líder da etnia caiapó Cacique Raoni, também se posicionou em torno do desfile do Cacique de Ramos. Raoni, que já foi indicado ao Nobel da Paz por lutas ambientalistas e pela causa indígena, ressaltou que os foliões não usam suas indumentárias e objetos por mal. Para ele, os brincantes fazem por que gostam, e enfatizou que também utiliza os objetos deles. Ele considera que há uma relação de troca.

O intelectual Luiz Antonio Simas, devido à última polêmica, escreveu em suas redes sociais um pouco sobre a história do Cacique de Ramos, seus aspectos culturais ligados à sua fundação e a importância do cuidado ao se formular uma concepção

baseada em informações imediatas. Em seu relato à coluna de Chico Alves⁹, afirmou que o Cacique sempre levou a sério sua referência à ancestralidade e que a discussão identitária tem de ser analisada e ponderada, mas entende que o carnaval (no caso o movimento cultural em questão) é a festa da imersão e da inversão, e isso não entra em confronto com os interesses da causa indígena, muito pelo contrário, na verdade, traz à tona a nossa multiplicidade cultural e a capacidade de reinventarmos nossas realidades. Ele ressaltou também: “Quando você pega um bloco de 60 anos, formado por pretos do subúrbio do Rio de Janeiro... não se pode falar em racismo nesse caso.” Além disso, analisou a divulgação da Prefeitura de Belo Horizonte com uma listagem de fantasias consideradas não adequadas. Sobre isso, Simas diz:

Eu não gosto. Acho que cria uma marola para o Carnaval que é complicada. O Carnaval reflete discussões que são muito anteriores a ele. Então não adianta você pautar que isso pode, isso não pode...É contra a própria lógica da festa.



Figura 4 Bandeira do Cacique de 2018 - Acervo da Agremiação

Segundo a jovem líder indígena Katu Mirim¹⁰, existe uma questão muito relevante a ser pautada nesse contexto, que é a comercialização e o ganho com as

⁹ALVES, Chico. **Fantasia na mira do politicamente correto: Luiz Antonio Simas opina**. UOL, online, 17/02/2020. Coluna Chico Alves Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/02/17/fantasia-na-mira-do-politicamente-correto-luiz-antonio-simas-opina.htm>

¹⁰**Polêmica do Carnaval: uso de cocar e adereços indígenas como fantasia divide indígenas** BBC Brasil 14/02/ 2018 NEWS Brasil Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43063413>

indumentárias indígenas. Para ela, como foi dito por Simas, o carnaval não necessariamente promove o desrespeito às comunidades indígenas. Em sua rede social, ela menciona o carnaval realizado pela Imperatriz Leopoldinense no ano de 2017, cujo tema foi “Xingu, o clamor da floresta”, e diz se tratar de um ato político sério, pois além da grande pesquisa feita pela escola, alguns indígenas participaram do desfile. Segundo ela “é arte, tem base, é político, é transformador”. Sua contrapartida está na denúncia ao ganho capitalista com venda de indumentárias etiquetadas, com menosprezo aos significados simbólicos de seus objetos e seus modos de viver.

Para ela, as fantasias não deveriam ser mais comercializadas. Isso sim demonstra desrespeito e hierarquia social que esmaga e invisibiliza a luta indígena. Ela demonstra também alguma preocupação dos foliões a partir desta lógica. Mesmo entendendo que o consumo não é alimentado diretamente pelo indivíduo, ela lamenta comportamentos estereotipados por parte dos foliões, envolvendo uma visão selvagem, hipersexualizada e marginalizada das etnias indígenas. Segundo a rapper, o uso da fantasia pode gerar “recados errados” sobre os elementos e os processos históricos da experiência indígena, reforçando uma visão folclórica do grupo. E acrescenta: “Não somos aquilo que ela veste. Se essa pessoa ama nossa cultura, e conhece a nossa luta, você pode ter certeza que essa pessoa não teria coragem de fazer isso.”

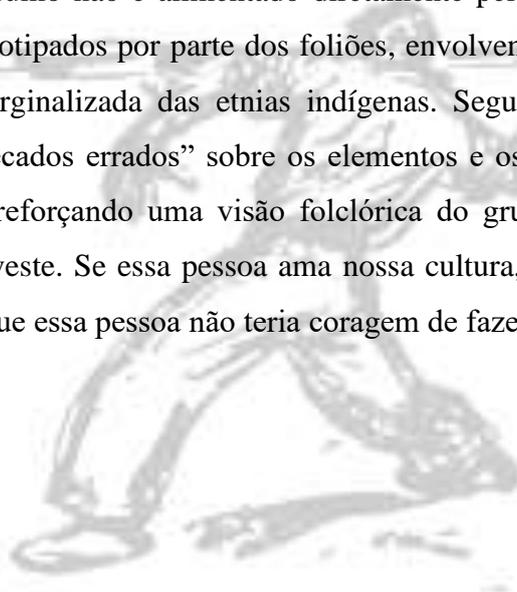




Figura 4 Integrante do Cacique no Carnaval de 2018- Acervo pessoal



Figura 5 Integrantes do Cacique tirando fotos das alegorais em 2018- Acervo pessoal

Como sugere Simas, são necessárias ponderações e reflexões. E dizemos mais: individuais e coletivas. A nossa responsabilidade coletiva passa também por aspectos da nossa conduta individual, então não estamos isentos dos enganos, equívocos e, sobretudo das correções. Mas, para analisarmos aspectos dessa política de cancelamento a partir do conceito de apropriação cultural, refletiremos sobre a ordem do discurso através das informações colocadas e de seu poder legitimado no processo de conduta social.

Michael Foucault¹¹ traduz, em *Microfísica do poder*, o corpo político e social que um discurso pode tomar. Seu ecoé ordenado numa perspectiva de controle, seleção e distribuição de maneira organizada dentro de uma proposta legislativa. O discurso se elabora no campo da autoridade reconhecida. Essa autoridade detém controle do que pode ou não ser dito, em que lugar pode ou não ser dito. A partir desta premissa, analisa primeiramente o poder institucional, que modula formas de convívio pela ordem do discurso, por isso está diretamente ligado à ideia de poder. É o famoso “*fala quem pode, obedece quem tem juízo*”. Só que o que o ditado não fala sobre as interdições que se colocam a partir desta lógica.

Há juízo também em quem não pode falar. A questão é: diz quem pode dizer. Se seu desejo está alinhado ao poder de dizer, há um direito privilegiado nisso que caminhará com interdições que irão se entrecruzar, se alimentar e se reforçar para a manutenção do discurso. Por mais que existam posicionamentos diversos das comunidades indígenas sobre a ideia de apropriação cultural e do deslocamento equivocado de suas tradições e simbologias identitárias, o discurso que toma forma sobre o “o politicamente correto” não é trazido por eles. Assim como o coro que ganhou força em defesa do desfile do Acadêmicos do Baixo Augusta homenageando Alessandra Negrini também não foi feito por eles. Bira, integrante do Fundo de Quintal e presidente do Cacique de Ramos, em entrevista após a polêmica em torno do bloco, disse: “No subúrbio ninguém está preocupado”.

Vê-se que o processo histórico de formulação do subúrbio está associado diretamente ao projeto de cidade estabelecido e submetido a uma autoridade racial e institucional que atravessa os discursos. Porém, isso não importa aos movimentos de

¹¹FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16ª edição. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

cultura que se fizeram e refizeram na fronteira, nas brechas, nas rasuras desse projeto. Eles reinventaram em seus movimentos novos projetos de cidade. E isso também não significa que seja validado todo discurso hierárquico, muito pelo contrário. Significa que se coloca a frente dele o seu revés, e que o Cacique só para na quarta-feira. Ou quando quiser.

Eu sou Cacique: de Fundo de Quintal a Beth Carvalho

Como já dito anteriormente, o Cacique de Ramos foi berço para o nascimento de importantes sambistas que contribuíram tanto para a cultura do Rio de Janeiro quanto ao nível nacional: Zeca Pagodinho, Arlindo Cruz, Fundo de Quintal e Beth Carvalho. Com a morte de Beth, em 2019, o tema desse ano foi justamente a madrinha do Cacique, que saiu às ruas com camisaem que se lia: Beth- Eterna Madrinha. Elymar Santos, outro assíduo Cacique, pôde ser visto nas fotografias do desfile de 2018, entoando os sambas da Agremiação.

É importante ressaltar que, todos os anos, o Cacique sai domingo, segunda e terça de Carnaval, sendo o único bloco a desfilar durante todos os dias do feriado nacional, mostrando sua grandiosidade, mas principalmente a fidelidade dos foliões. Desfilar pelo Cacique é uma honra para qualquer um que entenda, estude ou goste de Carnaval, por isso, talvez, a reação dos “canceladores” seja tão flagrante de um desprezo que nada tem a ver com uma política de garantia aos direitos e rituais indígenas, mas com uma rejeição clara por uma agremiação que ocupa a rua Uranos (que atravessa diversos bairros da Zona Norte), 1326, em Olaria, bairro vizinho a Ramos. A Uranos começa em Manguinhos e termina em Olaria, região realmente não muito visitada por uma parte da cidade que decide esquecer outra parcela, a maior. Nesse sentido, quando o Cacique sai e ocupa a região entral do Rio, próximo ao Sambódromo, na Avenida Chile, essa população é obrigada a ver e a dividir espaço com corpos periféricos e suburbanos. Utilizamos aqui as duas denominações porque, como já ressaltamos em momento anterior do texto, embora Olaria e Ramos fiquem próximos ao centro comercial do Rio de Janeiro, a “perificação” desses corpos e espaços é fundamental para entender como o Rio de Janeiro se reconfigura continuamente para ser uma cidade que funciona do Centro em direção à Zona Sul.



Figura 6 Foto da quadra da Agremiação em Olaria, 2018- Acervo pessoal



Figura 7 Foto da quadra da Agremiação em Olaria, 2018- Acervo pessoal

Ser Cacique, então, é participar das atividades culturais propostas durante o ano inteiro por essa agremiação, mas por tantas outras que também mobilizam e alimentam a cultura suburbana. É uma maneira de resistir, mas também de fazer política. A atitude do Cacique ao manter o desfile e ocupar a região central da Cidade pode ser entendida como ato político/cultural de quem já não aguenta ver sua cultura e símbolos ora diluídos, ora reapropriados, pois, se há alguma apropriação no sentido de deterioramento ou apagamento de uma cultura, ela não é feita pelo Cacique, mas por aqueles que frequentam a Zona Norte quando convém, mas a condenam quando sentem seu poder ameaçado.

O Cacique de Ramos, no entanto, não precisa provar nada. Ele já tem espaço cativo na cultura popular carioca.

Face gloriosa do Cacique

Inspirados no famoso livro etnográfico/artístico de Arthur Omar¹², propomos um pequeno ensaio fotográfico que dialogue com nosso texto anterior e apresente imagens que beiram o transcendental e uma espécie de catarse que ocorre no Carnaval. As fotos de Omar são conhecidas pela abertura do diafragma que lhe permite transmutar os movimentos do momento em movimentos atemporais, como se os corpos estivessem sempre bailando ou dançando. Dessa forma, trazemos também para as imagens um pouco da religiosidade que circunda ou inaugura o bloco nos aproximando também das fotos de Guy Veloso¹³. Em suas fotos, Veloso utiliza o mesmo recurso de Omar, mas para nos aproximar de um ambiente imagético próximo às divindades — também atemporal —, mas de outra forma. Nossa proposta é, enfim, explorar a diversidade do Cacique e suas potencialidades também de maneira visual. Algo entre o divino, o profano — uma mescla entre os dois. Assim nos parece o Cacique, tal qual o próprio Carnaval, pois é a partir da reconfiguração de imagens e símbolos que podemos inaugurar o novo e, ao mesmo tempo, retomar para nós a riqueza cultural do país e dos subúrbios.



Figura 8 Cacique no Desfile de 2020 - Acervo pessoal

¹²OMAR, A. **Antropologia da Face Gloriosa**. São Paulo: Cosac Naify, 1997.

¹³VELOSO, Guy. **Orixás**. Casa França Brasil, Rio de Janeiro-RJ. Curadoria Marcelo Campos e Laura Cosendey, 2016



Figura 9 Cacique no Desfile de 2020, Acervo pessoal



Figura 10 Cacique no Desfile de 2020, acervo pessoal